

 Fagundes Construção e Mineração S.A. CNPJ: 90.272.337/0001-40 - NIRE: 43.300.057.305				
Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	73.482	35.510	75.919	37.624
Contas a receber de clientes	194.972	142.516	200.208	148.380
Estoques	23.261	16.681	24.375	17.802
Trib. a recup.	11.060	10.306	11.386	10.620
Outros ativos	6.141	5.471	6.797	6.036
	<u>308.916</u>	<u>210.484</u>	<u>318.685</u>	<u>220.462</u>
Não circulante				
Partes relac.	16.180	5.782	10.701	-
Trib. a recup.	8.234	7.910	8.234	7.910
Dep. judic.	4.185	4.153	4.185	4.153
Outros ativos	7.595	4.533	9.895	6.835
	<u>36.194</u>	<u>22.378</u>	<u>33.015</u>	<u>18.898</u>
Proprieda. para investim.	262.690	247.856	308.647	289.399
Invest. em controladas	74.293	68.234	-	-
Intangível	-	-	3.393	3.393
Imobilizado	<u>538.811</u>	<u>498.380</u>	<u>581.149</u>	<u>539.822</u>
	<u>875.794</u>	<u>814.470</u>	<u>893.189</u>	<u>832.614</u>
Total do ativo	<u>1.220.904</u>	<u>1.047.332</u>	<u>1.244.889</u>	<u>1.071.974</u>

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais						
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	
		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal			
Em 31 de dezembro de 2019	187.916	11.545	8.910	135.980	-	344.351
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.595	38.595
Realização do custo atribuído	-	(8.553)	-	-	8.553	-
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	-	1.929	(1.929)	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	45.219	(45.219)	-
Em 31 de dezembro de 2020	187.916	2.992	10.839	181.199	-	382.946
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.796	63.796
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	-	3.190	(3.190)	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	60.606	(60.606)	-
Em 31 de dezembro de 2021	187.916	2.992	14.029	241.805	-	446.742

FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO S/A NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fagundes Construção e Mineração S.A. inscrita no CNPJ sob nº 90.272.337/0001-40, possui sede em Portão, tem por objetivo social a prestação de serviços de jazidas minerais, terraplanagem, obras portuárias, marítimas e fluviais, tais como: barragens, represas e diques, exceto para energia elétrica, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil em geral, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e/ou rurais, transporte de cargas em geral por via rodoviária com caminhões, incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis próprios, a participação em outras sociedades e o que mais convier concernente ramo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria. Foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixas e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra.

3.3 Imposto de renda e contribuição social: A Empresa optou pelo regime de tributação do Lucro Real no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 25% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro tributável. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência.

3.3.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portando, sofrer alterações.

3.4 Imobilizado: O imobilizado compreende principalmente terrenos, edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de veículos e máquinas e equipamentos na data de 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos itens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente

baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. (nota 3.5) Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros: 10 anos
Equipamentos de informática: 5 anos
Edificações: 80 anos
Veículos e Equipamentos: 3 anos

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.6 Impairment de ativos financeiros: A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (ou "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo as mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e as condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 estão disponíveis nos seguintes endereços: <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/> e https://www.fagundes.com/upload/site_relatorios/2021.pdf. Permanecemos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

A Diretoria

Demonstração do resultado	Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita liq.	879.040	609.362	916.238	642.981
Custo dos serviços prestados	(721.279)	(491.574)	(749.375)	(516.901)
Lucro bruto	<u>157.761</u>	<u>117.788</u>	<u>166.863</u>	<u>126.080</u>
Despesas gerais e administ.	(43.313)	(29.257)	(50.614)	(36.527)
Desp. com vend.	(265)	(192)	(265)	(192)
Outras receitas oper., liq.	15.581	1.029	22.489	4.386
Partic. nos lucros de controladas	6.152	3.746	-	-
Lucro operac. antes do resultado financeiro	<u>135.916</u>	<u>93.114</u>	<u>138.473</u>	<u>93.747</u>
Receitas financeiras	1.938	943	2.057	1.029
Despesas financeiras	(43.842)	(37.253)	(44.108)	(37.405)
Res. financ., liq.	<u>(41.904)</u>	<u>(36.310)</u>	<u>(42.051)</u>	<u>(36.376)</u>
Lucro antes do IR e da CS	<u>94.012</u>	<u>56.804</u>	<u>96.422</u>	<u>57.371</u>
IR e contribuição social	(30.216)	(18.209)	(32.626)	(18.776)
Lucro liq. do exercício	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)				
Lucro básico e diluído por ações	<u>0,4540</u>	<u>0,2747</u>	<u>0,4540</u>	<u>0,2747</u>

Demonstração do resultado abrangente	Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>	<u>63.796</u>	<u>38.595</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das ativ. operac. Lucro antes do IR e da CS	<u>94.012</u>	<u>56.804</u>	<u>96.422</u>	<u>57.371</u>
Ajustes				
Depreciação	124.557	107.319	126.013	108.449
Prov. (reversão) para conting.	30	(1.066)	30	(1.066)
Perda na venda de ativo imobil.	(288)	2.800	(287)	2.435
Resultado de equival. patrim.	(6.152)	(3.746)	-	-
Var. no valor justo de propr. / invest.	(14.623)	(4.036)	(19.244)	(6.257)
Prov. de juros	<u>40.732</u>	<u>36.870</u>	<u>40.870</u>	<u>36.891</u>
	<u>238.268</u>	<u>194.945</u>	<u>243.804</u>	<u>197.823</u>
Var. nos ativos e passivos				
Red. (aum.) no contas a receber	(52.456)	(58.242)	(51.828)	(58.643)
Red. (aumento) nos estoques	(6.580)	(4.390)	(6.573)	(2.401)
Red. (aumento) de trib. a recuperar	(1.078)	3.209	(1.090)	3.222
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(32)	973	(32)	973
Redução (aumento) de outros ativos	(3.591)	(965)	(3.821)	439
Aumento (redução) de fornec.	17.184	(8.051)	17.686	(8.421)
Aumento (redução) de impostos a pagar	2.355	(639)	2.368	4.459
Aumento (redução) de outros passivos	<u>24.583</u>	<u>13.766</u>	<u>24.640</u>	<u>8.593</u>
Caixa gerado pelas atividades operac.	<u>218.653</u>	<u>140.606</u>	<u>225.154</u>	<u>146.044</u>
IR e CS pagos	(354)	(110)	(1.015)	(555)
Juros s/ emprést. e financ. pagos	(31.525)	(38.359)	(31.667)	(38.359)
Caixa liq., prov. das ativ. operacionais	<u>186.774</u>	<u>102.137</u>	<u>192.472</u>	<u>107.130</u>
Fluxos de caixa das ativ. de investimento				
Div. rec.		2.354		-
Aquis. de propriedades p/ invest.	(211)	(516)	(384)	(2.866)
Aquis. de bens do ativo imobilizado	(173.539)	(182.299)	(175.892)	(186.423)
Valor rec. na venda de propr. p/ invest.	-	2.000	380	2.000
Valor rec. na venda de imobilizado	<u>8.839</u>	<u>28.738</u>	<u>8.839</u>	<u>29.513</u>
Caixa liq. ger. das ativ. de investimento	<u>(164.911)</u>	<u>(149.723)</u>	<u>(167.057)</u>	<u>(157.776)</u>
Fluxos de caixa das ativ. de financiam.				
Amort. de empr.	(209.013)	(127.273)	(209.238)	(127.273)
Ingr. de empr.	120.622	169.544	120.622	171.301
Ingr. de empr. Deb.	120.000	-	120.000	-
Pag. dividendos sobre Debêntures	(6.191)	-	(6.191)	-
Partes relac.	(9.309)	(14.744)	(12.313)	(14.240)
Caixa liq. aplic. nas ativ. de financiam.	<u>16.109</u>	<u>27.527</u>	<u>12.880</u>	<u>29.788</u>
Redução de caixa e equiv. de caixa no início do exercício	<u>73.482</u>	<u>55.569</u>	<u>75.919</u>	<u>58.482</u>
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	<u>37.972</u>	<u>35.510</u>	<u>38.295</u>	<u>37.624</u>

é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8 Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos a prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço a ser prestado.

3.9 Riscos e Contingências: A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, entende que não são esperadas perdas relevantes em processos envolvendo a Empresa.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

4.1 Propriedades para investimento: Desde 1º de janeiro de 2009, as propriedades para investimentos passaram a ser reconhecidas de acordo com as premissas dispostas no CPC 26 (Propriedades para investimentos), sendo seu valor juntos avaliado no final de cada exercício através de laudos de avaliação e reconhecido em contrapartida ao resultado.

4.2 Reconhecimento da Receita: A Empresa reconhece a receita quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos serviços prestados são transferidos para o cliente. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realiza-

da para emissão da nota fiscal. Para a receita que difere do período em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão para recebimento de receitas em períodos futuros. A Empresa reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período.

4.3 Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis: As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Empresa. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Empresa.

5. CAPITAL SOCIAL E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS: O Capital Social compõe-se de 140.516.056 ações pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país sem valor nominal, perfazendo um total de R\$ 187.920.000,00 (cento e oitenta e sete milhões, novecentos e vinte mil reais) de capital social totalmente subscrito. No decorrer do exercício não foram distribuídos lucros.

Diogo Eduardo Fagundes
CPF: 893.495.390-04
Diretor Operacional

Marçal Duarte Velho
CPF: 652.413.980-15
CRC/RS: 76513

Diretoria				Contador
Diretora Presidente: Nelsi Haas Fagundes CPF 235.959.140-15	Diretor Operacional: Diogo Eduardo Fagundes CPF 893.495.390-04	Diretor Administrativo: Silvio Alencar Fagundes CPF 717.780.470-68	Diretor Comercial: José Fernando Fagundes CPF 639.086.200-82	Marçal Duarte Velho - Contador CPF: 652.413.980-15 CRC/RS Nº 76.513 -

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Fagundes Construção e Mineração S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Fagundes Construção e Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Fagundes Construção e Mineração S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fagundes Construção e Mineração S.A. e da Fagundes Construção e Mineração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Propriedades para investimentos (Nota 11)** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantêm propriedades para investimentos reconhecidos a valor jus-

to, no valor de R\$ 262.690 mil (controladora) e R\$ 308.647 mil (consolidado). Essas propriedades são compostas por terrenos e prédios no estado do Rio Grande do Sul. A mensuração do valor justo das propriedades para investimentos envolve subjetividade, devido ao elevado nível de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas externos para estimarem os valores justos na data do balanço, com base em premissas tais como *valor de mercado da bem e valor novo de reposição, dentre outros*. Portanto, por se tratar de uma estimativa contábil crítica, em função do julgamento aplicado na metodologia para a mensuração e ao impacto que eventuais mudanças nos dados e premissas dos laudos elaborados teriam sobre as demonstrações financeiras, consideramos essa área como foco de nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossa resposta de auditoria incluiu, entre outros, procedimentos para o entendimento do processo adotado pela Administração para mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo da propriedade para investimento; a análise das competências do avaliador independente contratado pela Administração; a avaliação da política contábil pelo método do valor justo aplicada pela Administração; a inspeção do registro contábil do ajuste do valor justo do exercício; e o teste das aquisições e alienações das propriedades para investimentos, em base amostral. Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de ativos dessa

natureza, obtivemos entendimento da metodologia de cálculo utilizada para determinados ativos e analisamos a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração e seus especialistas externos, na construção do modelo de precificação. Adicionalmente, efetuamos a leitura e análise das informações divulgadas em notas explicativas. Nossos procedimentos demonstraram que os julgamentos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo das propriedades para investimento são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Fagundes Construção

>>> CONTINUAÇÃO

Fagundes Construção e Mineração S.A. CNPJ: 90.272.337/0001-40 - NIRE: 43.300.057.305 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Fagundes Construção e Mineração S.A. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se

essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2022
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador - CRC 1SP255758/O-9

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

RIOGRANDENSE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 14.217.922/0001-60 - NIRE 43.300.054.233

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Data, Hora e Local. Realizada no dia 31 de dezembro de 2021, às 9:00, na sede social da Riograndense Participações S.A., na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no Largo Visconde de Cairú, nº 12, 13º andar, sala 1.305, CEP 90030-110 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensada as formalidades de convocação, face à presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme artigo 16, §3º do Estatuto Social. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Célia Maria Buchianeri Fracini Vasconcellos e secretariados pelo Sr. Fernando Hartmann. **4. Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram, em cumprimento ao art. 17, alínea "i", incisos v e vii do estatuto social da Companhia, a celebração de contrato(s) para formalizar a assunção de dívidas da CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. pela Companhia, no valor total de R\$13.855.215,58 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quinze reais e dezoito centavos), ficando a diretoria da Sociedade autorizada a tomar todas as providências necessárias para a efetivação da operação. **5. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Confere com a original lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021. **Mesa:** Célia Maria Buchianeri Fracini Vasconcellos - Presidente, Fernando Hartmann - Conselheiros; **Ciro Cambi Gouveia, Fernando Hartmann, Lucas Quintas Radel.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico o registro sob o nº 8140478 em 09/02/2022 da Empresa: RIOGRANDENSE PARTICIPAÇÕES S.A., e Protocolo 220226822 de 28/01/2022. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC